

**Na luta** - Presidente do ANDES analisa ataques do governo Temer e convoca para luta

## Hora de reagir aos ataques **PÁGINAS 4 E 5**



**Acampamento do MST em Cel. Pacheco tem revés na justiça e sofre ataques**

**PÁGINA 3**

**Cortes no orçamento ameaçam funcionamento do IF Sudeste MG e da UFJF**

**PÁGINA 6**

### **ANDES-SN**

**Governo recua na intenção de retirar  
Serviço Social do SUS**

**PÁGINA 2**

### **Artigo**

**Os Cortes em Ciência e Tecnologia,  
a Grande Mídia e Reflexões**

**PÁGINA 8**

**«Todo teatro é político»**

**Grupo Divulgação encena texto de  
Artur de Azevedo, do final do século XIX,  
que apresenta contexto político social  
muito semelhante aos dias atuais**

**PÁGINA 7**

**Editorial**

Ainda que permaneça empreendendo articulações para tentar aprovar a Contrarreforma da Previdência na Câmara de Deputados, as recentes ameaças anunciadas pelo ilegítimo Governo Temer buscam atingir, direta e contundentemente, o Serviço Público. Exemplo dessas ameaças foi o Pacote de Revisão da Meta Fiscal lançado em 15 de agosto. Propostas como o congelamento de salários, a renúncia ao cumprimento de acordos para 2018, o aumento da alíquota da contribuição previdenciária de 11% para 14% revelam o outro lado da mesma política de recessão, agora expressa no aprofundamento de ações que comprometem o trabalho no Executivo Federal.

Os cortes orçamentários já foram implementados levando a algumas reitorias de instituições como a da UFRJ anunciarem que terão, provavelmente, suas atividades de ensino, pesquisa e extensão interrompidas por falta de recursos financeiros para honrar seus compromissos. Essa situação é conhecida dos trabalhadores do serviço público federal, já que luta semelhante tem sido travada pelas instituições de ensino em inúmeros estados da federação. Em meio à construção unitária da luta contra a Reforma da Previdência e pela revogação da Reforma Trabalhista e da Lei das Terceirizações, o ANDES-SN intensifica as articulações junto ao Fórum Nacional em Defesa do Serviço Público Federal (FONASEFE) para enfrentar o pacote recessivo de Temer.

Essa ampliação exige, como sempre, a referência na organização

sindical para que demonstremos para o governo que a ação coletiva continua norteando nossa estratégia de luta. Portanto, essa tarefa é das direções das seções sindicais, mas é de cada professora e professor que contribui diariamente com a defesa da Universidade Pública, Gratuita, Laica e de Qualidade Socialmente referenciada em favor de um desenvolvimento igualitário, justo e democrático.

É preciso alertar a todas e todos nos encontros, nas reuniões, nas atividades que realizamos que a situação só poderá ser superada com uma ação coletiva que faça estremecer as bases do ilegítimo bloco no poder. Estar na assembleia é condição desse movimento, que passa também pela ocupação das ruas junto à classe trabalhadora, aqueles que, de fato, necessitam de nossa força e energia.

Em 14 de setembro, a paralisação em defesa do serviço público permitiu que os docentes retomassem o debate contra essas ameaças recessivas. Mostramos capacidade de organização diante do bloco no poder que, mesmo com as fragilidades e denúncias recentes que comprometem ainda mais o Governo Temer com os processos de corrupção, permanece difundindo pela grande imprensa suas proposições que atacam as políticas sociais, retiram direitos, restringem o fundo público. Ao longo do ano de 2017, as professoras e professores de UFJF e do IF Sudeste MG deram demonstração de disposição para a luta.

Cabe, portanto, arregaçarmos as mangas para nos situarmos diante da conjuntura.

**Não deu na imprensa****Privatização em setores estratégicos**

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, disse que o governo vai encaminhar ao Congresso, ainda em outubro, a proposta de privatização do Grupo Eletrobrás. A medida significará a entrega de 47 hidrelétricas com capacidade de 46.856 MW, sendo que 40.828 MW de fonte hídrica; 71.201 Km de Linhas de Transmissão, 271 subestações; e seis distribuidoras de energia elétrica dos estados do Piauí, Acre, Roraima, Amazonas, Rondônia e Alagoas, que atendem 12 milhões de habitantes. Ou seja, o patrimônio público vai perder o controle de 31% da geração, 51% das linhas de transmissão e 10% da distribuição da energia elétrica brasileira. São usinas de alta qualidade no país, altamente eficientes, que poucas partes do mundo possuem com tamanha qualidade.

**Vai ter luta**

No entanto a privatização da Eletrobrás vai depender de uma luta política e jurídica. Segundo o governo, a privatização da gigante do setor elétrico não precisa de autorização do Congresso Nacional. Um dos argumentos é de que os setores regulados por agências, como o elétrico, regido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), dispensariam a necessidade da autorização legislativa para privatização. Além disso, o setor não seria objeto de monopólio da União.

Mas para a oposição, o processo depende de autorização do Legislativo, por meio de uma interpretação conjugada do artigo 177 da Constituição Federal e artigo 3º da Lei 9.491/77, o Programa Nacional de Desestatização, que amplia o conceito de monopólio da União expresso na Constituição, incluindo a Eletrobrás e seus serviços.

**Aumento da tarifa**

Com a privatização os empresários terão direito de rever contratos e valores. Passarão a cobrar mais caro, semelhante ao valor cobrado por empresas privadas. A consequência será mais aumentos nas contas de luz da população e lucros bilionários aos futuros donos. Estimativas são de aumento mínimo de 17%

**Preço de banana**

O dinheiro que o governo pretende arrecadar é exatamente 8% do valor real se tivesse que construir usinas totalmente novas. A Hidrelétrica de Jirau custou R\$ 19 bilhões de investimento para potência de 3.750 MW instalados. Ou seja, o preço da privatização de 47 hidrelétricas será liquidado pelo preço real de uma hidrelétrica, que neste caso representaria 8% do total de potência do sistema Eletrobrás.

Com informações do site [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br) e [www.redebrasiliatual.com.br](http://www.redebrasiliatual.com.br)

**ANDES-SN****Governo recua de intenção de retirar Serviço Social do SUS - Sindicato Nacional repudia tentativa**

A pressão dos trabalhadores do INSS e de diversas entidades do movimento sindical e social, fez o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) recuar da intenção de extinguir o Serviço Social no âmbito da estrutura organizacional do INSS.

A proposta de excluir o Serviço Social da autarquia foi expressa em uma minuta que trata do novo regimento interno do órgão. A decisão foi divulgada por meio da Portaria nº 414, divulgada no dia 28 de setembro.

Em nota, o ANDES-SN repudiou a ação do governo Temer: “mais um ataque aos direitos sociais da população, tendo em vista que o Serviço Social no INSS atende,

anualmente, acerca de um milhão de pessoas submetidas a relações de trabalho mais precarizadas. Tem por objetivo intensificar o processo de privatização das políticas de proteção social feita em parceria com grupos econômicos financeiros, visando aumentar o lucro dos banqueiros e garantir o pagamento da dívida pública às custas dos direitos sociais”.

Para o Sindicato Nacional, o que o governo pretendia com a exclusão do Serviço Social do INSS, era “extinguir todos os direitos que protegem os (as) trabalhadores(as) em situação de vulnerabilidade. Como parte da seguridade social (saúde, previdência e assistência), ao extinguir o Serviço Social, como

um serviço e direito dos usuários, ficará reduzido também o acesso à política de previdência social e às demais políticas da Seguridade Social.”

“O ANDES-SN tem como uma das suas bandeiras, lutar pela garantia e ampliação dos direitos dos trabalhadores, tão duramente conquistados. Nos juntamos aos movimentos que defendem interesses democráticos e populares no Brasil, repudiando não somente a ofensiva contra os direitos previdenciários, mas também contra o desmonte de toda a Seguridade Social, compreendida aqui numa perspectiva mais ampla, de acesso aos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988”, finaliza a nota.

**Expediente**

O Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical do ANDES-SN (APESJF-SSind)

Redação, diagramação, fotos Isabella Mendes Freitas MTB 014560/MG e Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT/MG / Tiragem: 1600 exemplares / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900 / Tel-Fax: (32) 3215-1286 / Site: [apesjf.org.br](http://apesjf.org.br) / Email: [faleconosco@apesjf.org.br](mailto:faleconosco@apesjf.org.br)

Presidente: Rubens Luiz Rodrigues - Faculdade de Educação  
Vice-Presidente: Jalon de Moraes Vieira - IF Sudeste - MG - Campus Juiz de Fora  
Secretária Geral: Marina Barbosa Pinto - Faculdade Serviço Social  
1ª Secretária: Alice Mary Monteiro Mayer - Faculdade Educação Física  
2ª Secretária: Luiz Antônio da Silva Peixoto - Instituto de Ciências Humanas  
1º Tesoureiro: Custódio Gouvêa Lopes da Motta - Aposentado  
2º Tesoureiro: Thiago Barreto Maciel - C.A. João XXIII



MST - próximo a Coronel Pacheco

## Juiz dá reintegração de posse na fazenda São José

**Apesar da intensa atividade que inclui produção agroecológica, escolas etc, trabalhadores sem terra sofrem revés na Justiça**

As 310 famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem terra acampadas na Fazenda São José, no município de Coronel Pacheco – MG aguardam a qualquer momento a presença da polícia.

No dia 28 de agosto de 2017, a Justiça deu prosseguimento à ação de reintegração de posse da Fazenda. As famílias estão no local desde junho de 2017. Desde sua ocupação, o latifúndio em questão, que até então encontrava-se absolutamente improdutivo, vem sendo transformado pelas famílias acampadas com o tratamento do solo, a produção agroecológica que já dá frutos. O acampamento conta também com o funcionamento de uma casa de saúde e de uma padaria, dentre outras construções.

Além disso, já está em funcionamento uma escola do campo itinerante que atende as famílias do local.

Em nota, o movimento afirma que “mesmo com vários atos, manifestações políticas e resultados construídos ao longo desses três meses, fica claro que o Estado opera a serviço dos grandes latifundiários e empresários do país e contra os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. É uma opção política estreitar o prazo para o despejo mesmo com todas as atividades que vêm sendo construídas na propriedade”.



Fotos do acampamento mostram que trabalhadores já estavam cultivando produtos agroecológicos. Abaixo imagens do dia em que o antigo proprietário colocou fogo nos arredores

### *Acampamento já vinha sendo atacado desde julho*

Segundo a direção do movimento o acampamento já vinha sendo atacado desde 14 julho, dia em que o proprietário do latifúndio, juntamente com a polícia, abriu um caminho até a parte de trás do acampamento, com o intuito de intimidar as famílias e criar um aceiro.

Ainda nesse dia, um incêndio foi provocado nos arredores, na tentativa

de queimar barracas e pertences.

Além disso, policiais de armas em punho se posicionaram atrás do acampamento intimidando as famílias no momento em que tentavam conter o incêndio.

Já na manhã do dia 8 de agosto, as 300 famílias do acampamento foram surpreendidas por um trator, enviado pelo

latifundiário Horácio Dias, para gradear a terra sobre a plantação dos acampados.

“A violência no campo caminha a passos largos em Minas Gerais e é urgente que o Governo do Estado controle suas forças de segurança e faça uma moratória aos despejos de famílias sem terra. Num momento de crise e desemprego, a ocupação de terras e a produção de alimentos saudáveis não só

é legítima como necessária.”, afirmou Tatiana Gomes da direção do movimento.

A ocupação se dá no Complexo Liberdade (Fazendas São José, Liberdade e Sítio Santa Rita), de 530 hectares.

A fazenda São José, local da ocupação, encontrava-se, de acordo com o MST, sem qualquer tipo de produção.



Incêndio provocado no dia 14 de julho

# Sobre a necessidade de reag



Professora Eblin Farage

**O Governo Temer empreende um ataque aos direitos trabalhistas e sociais jamais visto na história recente do país. Reforma Trabalhista, Reforma Previdenciária, Plano de Demissão Voluntária, terceirizações, cobrança de mensalidades nas IFE etc.**

**A Presidente do ANDES, Eblin Farage, faz uma análise do momento atual e chama para a mobilização e para a luta**

**1 – O governo Temer empreende um ataque aos direitos dos trabalhadores como nunca se viu na história recente da república. Como analisar todo esse contexto?**

O governo Temer intensificou um projeto que já estava em curso desde a década de 90 no Brasil. O projeto de contrarreforma do estado que vai, sob a justificativa da crise econômica, sob a justificativa de que quem onera o estado são os funcionários e as políticas públicas, intensificar a redução dessas políticas, por meio de um conjunto de medidas, que passa por desde a privatização clássica até novas formas de privatização, ações como o Programa de Demissão Voluntária e a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que reduz os investimentos em

políticas públicas.

Aquilo que o governo chama de gastos, nós consideramos investimento. Quando o governo toma essas medidas de contenção, atinge os servidores, mas na verdade reduz a oferta de serviços públicos, afetando diretamente a população, em especial a mais pobre, que não vai ter serviços essenciais como saúde e educação e previdência à disposição.

Além é claro das outras medidas de parceria público privada, a aprovação da reforma trabalhista, da terceirização irrestrita e todos esses elementos que vão incidir no mundo do trabalho, nas formas de contratação e na estruturação das políticas públicas. Estas cada vez mais fragilizadas, mais fragmentadas e cada vez

mais vulneráveis aos ditames do governo.

**2 – Isso deverá afetar também a expansão e as promessas de novas vagas docentes?**

Todas as medidas vão incidir diretamente na universidade. Algumas já incidem. A gente vive um processo dentro da

**“ Aquilo que o governo chama de gastos, nós consideramos de investimento. Porque, quando o governo toma essas medidas de contenção, atinge os servidores, mas na verdade reduz a oferta de serviços públicos, afetando diretamente a população, em especial a mais pobre, que não vai ter serviços essenciais como saúde e educação e previdência**

universidade pública na linha da contrarreforma do estado. A contrarreforma da educação. Nós temos, desde a década de noventa, todo um projeto de terceirização e privatização da universidade. Começa com os servidores técnicos administrativos. Então hoje toda a segurança, limpeza e uma parte da administração já são terceirizadas.

Agora vão incidir ainda mais porque, com a aprovação da terceirização irrestrita, os professores passam a estar também vulneráveis à contratação via organização social e à terceirização das mais

**“ com a aprovação da terceirização irrestrita, os professores passam a estar também vulneráveis à contratação via organização social e à terceirização das mais amplas formas. Seremos impactados também porque, para ficar na meta da emenda 95, vão se usar dos mais diferentes artifícios, desde o Plano de Demissão Voluntária, tentando reduzir o número de funcionários públicos, até o congelamento de concursos e mais cortes de verbas**

amplas formas. Seremos impactados também porque, para ficar na meta da emenda 95, vão se usar dos mais diferentes artifícios, desde o Plano de Demissão Voluntária, tentando reduzir o número de funcionários públicos, até o congelamento de concursos e mais cortes de verbas. Então estamos vendo hoje o tripé da universidade pública,

**“ Esse foi um capítulo dos mais lamentáveis do Supremo Tribunal Federal. Nós assistimos numa semana o Congresso Nacional rejeitando a emenda que cobrava os cursos e na outra o STF fazendo aquilo que não é sua função, legislando e aprovando a cobrança**

ensino, pesquisa e extensão, ameaçado. Então uma universidade que não tem investimentos vai se tornando cada vez mais precarizada. O cotidiano docente vai ter que mudar, porque a forma de se manter esse tripé vai ser colocada sob a responsabilidade de professores e professoras, para que busquem parcerias público privadas. O que, na nossa avaliação, faz com que a pesquisa perca autonomia, já que fica submetida às exigências e aos desejos da iniciativa privada. Não é mais a produção do conhecimento livre e socialmente referenciado, mas sim uma produção direcionada aos interesses dos empresários. O que nos estamos vivendo é uma imposição aos professores

de fu  
inere  
Agora  
pode  
terá  
muit  
“emp  
gove  
busq  
que p  
ativid

3 – A  
das I  
a ma  
men

capít  
lame  
Tribu  
assis  
Cong  
rejeit  
cobran  
outra  
aquil  
funçã  
apro  
Essa  
impo  
cobran  
justifi  
man  
recur  
cont  
defer  
deve  
exclu  
verba  
cobran  
não  
adm  
da ed

sequ  
educ  
com  
proj  
defer  
públ  
proj  
enqu  
conq  
traba  
soma  
aceit  
men  
daqu  
pass  
grad  
sens  
Entã  
muit  
cobran



# agir e seguir lutando

ações que não são  
entes ao seu trabalho.  
ra, para o professor  
er exercer seu trabalho,  
que se tornar com  
as aspas  
preendedor”. O  
rno quer que ele  
ue os recursos para  
possa exercer sua  
dade.

## A privatização fatiada IFE deve ter um passo is com a cobrança de salidades?

Esse foi um  
tulo dos mais  
entáveis do Supremo  
nal Federal. Nós  
timos numa semana o  
gresso Nacional  
tando a emenda que  
ava os cursos e na  
a o STF fazendo  
lo que não é sua  
ão, legislando e  
vando a cobrança.  
é mais uma forma de  
or às universidades a  
ança de serviços sob a  
ficativa de que é uma  
eira de entrada de  
rsos. Nós somos  
rários porque  
ndemos que as IFE  
m ser financiadas  
sivamente com a  
a pública, estatal e a  
ança da mensalidade  
deve ser por nós  
itida em nenhum nível  
ducação.

Um país que  
er investe em  
ação pública não tem  
o se realizar enquanto  
eto. É necessário  
nder a universidade  
ica enquanto um  
eto de sociedade,  
tanto um bem  
quistado pelos  
alhadores e por isso  
os contra. E se  
armos a cobrança de  
salidade no lato sensu,  
ni a pouco o próximo  
o é a cobrança na  
uação e no stricto  
i.  
o temos uma posição  
o firme contra a  
ança de mensalidades

nas IFE.

## 4 – Qual será o impacto do Programa de Demissão Voluntária sobre as instituições?

O PDV que Temer  
está fazendo nada mais é  
do que requestrar aquilo  
que Fernando Henrique  
Cardoso já tinha feito. A  
gente viu o que aconteceu  
naquela época. Isso não  
desonera o Estado. É uma  
mentira. Mas desestrutura  
as políticas públicas. Nós  
vimos o que aconteceu na  
Europa. Lá essa  
desestruturação que  
acarretou, ao médio prazo,  
no desemprego de gerações  
que não conseguem  
retornar ao mercado de  
trabalho, levando inclusive  
ao aumento dos suicídios  
em vários pontos da  
Europa.

No Brasil o PDV  
não vai ter uma  
característica muito  
diferente. Porque ele tem  
uma dupla perspectiva,  
primeiro ele ataca os  
serviços públicos porque  
pretende reduzi-los pela  
diminuição do número de  
servidores e, em segundo  
lugar, conta com a situação

**“(O PDV)...conta  
com a situação de  
instabilidade de  
amplios segmentos do  
serviço público que já  
estão endividados, que  
vêm no PDV uma saída  
para sua situação  
individual.**

**A médio prazo  
esses servidores não  
conseguem voltar ao  
mercado de trabalho  
com qualidade. Voltam  
precarizados, em  
especial após a reforma  
trabalhista**



de instabilidade de amplos  
segmentos do serviço  
público que já estão  
endividados, que vêm no  
PDV uma saída para sua  
situação individual. A  
médio prazo esses  
servidores não conseguem  
voltar ao mercado de  
trabalho com qualidade.  
Voltam precarizados, em  
especial após a reforma  
trabalhista. Temos que  
combater o PDV que é  
mais uma forma de ataque  
ao serviço público.

**Qual deve ser  
nossa ação frente a todo  
esse conjunto de ataques?**

É necessário que  
os servidores públicos  
reajam à altura. E fazer  
isso agora é reagir de  
forma articulada com os  
segmentos da classe  
trabalhadora, com os  
movimentos sociais, para  
defender as políticas  
públicas. Que essa seja  
uma luta conjunta de toda

a sociedade. Se a gente não  
reagir agora, esse governo  
vai retirar os poucos  
direitos que ainda temos. E

**“Retomar a  
mobilização para  
que possamos  
alcançar um patamar  
diferenciado do que  
temos hoje, para que  
possamos exigir a  
revogação da reforma  
trabalhista, da  
terceirização e da  
emenda constitucional  
95 e barrar a reforma  
da previdência. Assim é  
importante que os  
servidores públicos,  
professores e  
professoras estejam  
mobilizados para que  
possamos defender a  
educação pública e os  
direitos sociais.**

que os trabalhadores como  
um todo têm. É necessário  
ampliar a mobilização a  
partir das nossas  
universidades. Criar  
comitês em conjunto com  
Técnicos Administrativos e  
Estudantes. Criar frentes  
em defesa dos serviços  
públicos nos municípios e  
nos estados, integrando  
servidores das três esferas,  
municipais, estaduais e  
federais, articulando com  
os movimentos sociais.  
Retomando a mobilização  
para que possamos  
alcançar um patamar  
diferenciado do que temos  
hoje, para que possamos  
exigir a revogação da  
reforma trabalhista, da  
terceirização e da emenda  
constitucional 95 e barrar a  
reforma da previdência.  
Assim é importante que os  
servidores públicos,  
professores e professoras  
estejam mobilizados para  
que possamos defender a  
educação pública e os  
direitos sociais.

**Cortes no orçamento - caos na educação**

# UFJF e IF Sudeste MG estão sob risco de fechar portas

**Assistência estudantil, gastos de funcionamento, programas de extensão, de intercâmbio e de ensino de idiomas estão sob ameaça**

Desde o início do ano, com a justificativa das metas fiscais, o governo Temer impôs cortes e contingenciamentos que ameaçam o funcionamento das instituições federais de ensino de todo país,

obrigando gestores a ajustes no planejamento para encerrar as atividades de 2017.

A Universidade Federal de Juiz de Fora convive com uma realidade de diminuição de 34,24% nos seus recursos de custeio e de 41,60% nos de capital. Esses números - que representam uma conjugação de cortes de verbas, redução nos limites de empenho e bloqueio de recursos -

afetam todos os setores da universidade, incluindo a assistência estudantil (17,38% de custeio bloqueados), os gastos de funcionamento (bloqueio de 38,28%), além de programas de extensão, de intercâmbio e de ensino de idiomas.

Como avalia o professor da Faculdade de Economia, Lourival Batista de Oliveira Júnior, o impacto dessas medidas torna-se ainda mais significativo no contexto

de um projeto de expansão que será interrompido, mas que ainda apresenta demandas.

O aumento do número de vagas implica em maior aporte de recursos para garantir a presença dos estudantes na universidade e para a prática docente de modo geral. Além disso, o professor Lourival ressalta que os cortes comprometem obras e projetos importantes,

como o novo hospital universitário, um campo de alocação de recursos humanos multidisciplinar e representativo da atuação da universidade enquanto espaço público. “Porém, a quantidade de recursos de capital que as faculdades e institutos precisam e que esse ano vão receber em função dos cortes, não dá nem pra repor o que a gente está desgastando de equipamento”, afirma o professor.

## *Instituições realizam ajustes na tentativa de fechar o ano*

No IF-Sudeste-MG, as restrições também são expressivas. Segundo o Pró-Reitor de Administração do instituto, Fabrício Tavares de Faria, do valor aprovado na Lei Orçamentária Anual, o instituto só recebeu limites de empenho nos seguintes percentuais: 75% de Custeio e 45% de Investimento. A restrição afetou serviços básicos prestados à instituição, como limpeza dos ambientes de ensino, manutenção da infraestrutura dos prédios e serviços de vigilância e segurança. A redução nos gastos com terceirizados implicou também em prejuízo aos discentes, com redução de visitas técnicas e aulas de campo.

Ao contrário dos anos anteriores, houve cortes na assistência estudantil em 2017. “Tal fato, somado à indisponibilidade de recursos de custeio da maior parte dos campi do IF Sudeste MG, gerou a necessidade de adequações e prioridades no financiamento dos programas e ações da assistência na instituição”, afirma Fabrício.

Assim, para conseguir finalizar o ano, tanto a UFJF como o IF-Sudeste-MG precisaram fazer ajustes. Segundo Fabrício, o Instituto procedeu a uma reavaliação dos seus gastos assim que foi publicada, no início do ano, a Portaria 28/2017 do MPDG que definia limites para determinadas despesas. A portaria perdeu seu efeito, mas as ações de ajustes permanecem para garantir o encerramento das atividades desse ano. Para 2018, o orçamento do IF ficará com praticamente o mesmo valor de 2017. “Apesar de receosos, ainda não podemos avaliar os impactos para 2018”, diz o Pró-Reitor.

O equilíbrio nas contas da UFJF está sendo alcançado com a utilização de recursos próprios. Porém, como ressalta o professor Lourival, “quando o governo acena que a Fonte 250 [recursos próprios] vai compensar o que eles chamam de 112, ou seja, o Tesouro, significa que se você gerar recursos próprios você é penalizado por isso”.

Como afirma o



Da esq. para dir. Reitor da UFJF Marcus David, Professor Rubens Luiz Rodrigues e Amauri Fragoso

tesoureiro do ANDES-SN, Amauri Fragoso, o caso da UFJF é particular, já que a maioria das outras universidades do país tem recursos para fazer os pagamentos de custeio somente até setembro.

O professor, que participou de mesas redondas na UFJF e no IF Sudeste MG, com a presença de representantes das Administrações Superiores, percebe essa conjuntura como consequência de um longo processo de desfinanciamento do serviço público. “Não é uma novidade, eu diria que todos esses cortes,

contingenciamento de orçamentos, é uma prática de todos os governos desde a Constituição de 88, que passam a controlar os gastos dos órgãos públicos na tentativa de minimizar o Estado”.

A situação se agrava no governo ilegítimo de Michel Temer, no qual os 3 poderes se articulam para a aprovação da PEC do teto, da lei da terceirização e da reforma trabalhista.

Amauri ressalta que a conjugação dessas três deliberações representa uma ameaça concreta à carreira docente, que, por sua vez,

vem passando por um processo de desestruturação crescente.

A limitação de concursos públicos consequente da PEC do teto, a terceirização sem limites, a permissão de contratação via Organizações Sociais dada pelo Supremo Tribunal Federal, tudo isso representa uma ameaça aos servidores públicos e às instituições federais de ensino de modo geral, e torna urgente a organização e a luta coletiva para barrar o avanço do atual estado de exceção que vivemos.



**Professor José Luiz Ribeiro** Grupo Divulgação estreia nova peça estréia em 18 de outubro

## «Todo teatro é político»

**Grupo Divulgação encena texto de Artur de Azevedo, do final do século XIX, que apresenta contexto político social muito semelhante aos dias atuais**

Funcionários públicos no Rio de Janeiro lutam para conseguir receber os salários. A cidade sofre com balas perdidas. O país está dividido num tipo de acirramento ideológico. Jornais impressos estão fechando por falta de público leitor e por falta de patrocínio. O contexto parece atual, mas faz parte da peça “1894” uma adaptação de um texto de Artur de Azevedo, originalmente chamado de “O Major”, que estreia em 18 de outubro com o grupo Divulgação de Juiz de Fora. Na direção, o Professor da Faculdade de Comunicação José Luiz Ribeiro. “No final do século XIX, havia a revista do ano, um apanhado do que acontecia no período. Coletava os principais fatos, utilizando humor e crítica. O texto vem daí. Artur de Azevedo é um autor dos mais importantes do teatro brasileiro. Jornalista. Um homem da cultura da época, contemporâneo de Machado de Assis”, conta Ribeiro que relata também o espanto, no momento em que terminou de ler o texto, ao ver como os fatos se assemelham com os dias atuais, guardadas, claro, as diferenças dos fatos históricos: As balas perdidas são da revolta da armada, a disputa ideológica é entre republicanos e monarquistas etc. A peça vai ficar em cartaz de quarta a domingo, nos meses de outubro, novembro e primeira semana de dezembro.

O diretor conta que teve de fazer algumas adaptações para atualizar a linguagem e realizou um trabalho de contextualização histórica com o elenco. A peça começa com uma abordagem metafórica. A Guerra conversando com suas quatro ministras: a Força, o Odio a Diplomacia e a Intriga ou Politicagem. Ela escolhe essa última para criar a discórdia e dar início ao conflito, mas a politicagem se apaixona por um rapaz de Campos dos

Goytacazes, que a desvia do objetivo e a paz vence.

Grande parte dos trabalhos do Divulgação, em suas mais de 200 peças encenadas, sendo 136 escritas por Ribeiro, têm esse viés político/social. “Todo o teatro é político, mesmo que seja uma comédia de costumes. Quando começamos, enfrentamos a censura e o teatro sempre foi uma arma. Não há nada que te faça censura se você tiver o jogo de xadrez da inteligência. Você tem o discurso da ironia etc. Quando nós fizemos em 1969, o “Diário de um Louco” em que a censura

primeiro cortou tudo, depois liberou com cortes, os atores seguravam um lenço. No momento da fala cortada, colocavam o lenço na boca”. Para ele, o teatro é sempre atual, porque quem dá o sentido do teatro é o público.

Apesar do fim da ditadura e da censura, Ribeiro acredita que as coisas não estão muito boas para a liberdade de pensamento. “Está pior, porque antes nós sabíamos qual era a cara da ditadura. Hoje sofremos uma patrulha ideológica da direita, da esquerda. Você não pode falar mais nada. É uma patrulha monstruosa”.

Foto: Márcia Falabella



José Luiz Ribeiro

“ Quando começamos, enfrentamos a censura e o teatro sempre foi uma arma. Não há nada que te faça censura se você tiver o jogo de xadrez da inteligência

## Artigo Papel secundário para a pesquisa?

## Os cortes em Ciência e Tecnologia, a Grande Mídia e Reflexões

**Augusto Cerqueira**

Professor da UFJF, graduado e doutorado em Engenharia Elétrica pela UFRJ

**A aplicação de uma política neoliberal sobre a ciência e tecnologia em países periféricos, não dá espaço para o desenvolvimento de forma independente dos países centrais**

Em maio de 2016, como uma de suas primeiras medidas, o Governo Ilegítimo de Michel Temer anunciou o fim do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), fundindo-o ao Ministério das Comunicações, indicando o papel secundário da ciência e tecnologia no novo Governo. Confirmando os temores da comunidade científica, que prontamente se opôs a fusão dos ministérios [1], o orçamento disponível para ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no MCTIC (Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação) ficou em torno de 4,8 bilhões de reais em 2016 [2], representando uma queda de aproximadamente 49% em relação ao orçamento executado em 2013 (9,4 bilhões de reais [2]), ano em que o extinto MCTI teve o seu maior orçamento em bilhões de reais. Em 30 de março deste ano, o Governo Federal anunciou um corte de 44% no orçamento previsto para MCTIC, resultando em apenas 2,8 bilhões de reais disponíveis para CT&I [3], o que representa o menor orçamento para o Ministério em pelo menos 12 anos. Comparativamente ao orçamento executado em 2013 pelo MCTI, a queda chega a extravagantes 70%. Adicionalmente, as crises dos Estados também têm contribuído e muito para redução de investimentos na área. Para se ter uma ideia da importância dos Estados no orçamento para CT&I, em 2013, os dispêndios estaduais

chegaram a 31% do total dos dispêndios públicos na área [3].

Para não ser acusado de apresentar um cenário apocalíptico para a ciência nacional, devo ressaltar que os dispêndios do Governo Federal em CT&I não se restringem apenas ao MCTIC. Utilizando os dados apresentados pelo MCTI relativos à 2013 [3], o Ministério da Educação (MEC) foi responsável por 44,6% dos dispêndios do

do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) defendendo a ampliação de recursos públicos para o financiamento de CT&I [5]; neste ano, o Blog do Herton Escobar no Estadão vem divulgando os cortes no orçamento de CT&I e os problemas enfrentados pelos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia [2,6,7]; mais recentemente, a Globo apresentou uma reportagem de 13 minutos no Fantástico

papel na geopolítica mundial dos países da América Latina, entre eles o Brasil. Ou seja, um país que nunca pôde investir em sua industrialização e no seu desenvolvimento de forma independente dos países centrais, nunca terá uma ciência e tecnologia com grandes impactos econômicos e sociais. Basta olhar os números sobre CT&I da OECD (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) [11], comparando países como o Brasil, Chile, Argentina e México com os países centrais.

A reportagem do Fantástico [8] é um bom exemplo do desserviço que a mídia golpista faz para a população. Logo no início da reportagem o apresentador fala “desde que os cortes pioraram em 2013”. Eu gostaria de entender o conceito de cortes pioraram em 2013 já que os dispêndios em CT&I de 2006 a 2013 foram crescentes em relação ao PIB [9]. A partir de 2014, começa o movimento de decréscimo, que se acentua fortemente em 2016 e 2017. Além disso, na reportagem não foi apresentada nenhuma análise ou discussão sobre o problema e para piorar nenhum dos pesquisadores entrevistados fez qualquer menção a política do Governo Ilegítimo para CT&I, todos aparecem apenas lamentando os cortes em seus laboratórios. Para concluir, a matéria estabelece uma relação de causa e efeito entre “A crise” (um conceito um tanto quanto nebuloso) e os cortes, ao invés de relacionar à política do Governo Ilegítimo aos cortes orçamentários para CT&I. Finalmente, deixando de lado as análises superficiais e/ou mentirosas

apresentadas na mídia golpista e endossadas por alguns membros da comunidade científica, o ponto fundamental que eu gostaria de ressaltar é que em uma política neoliberal para países periféricos, não existe espaço para o desenvolvimento independente dos países centrais, o que nos remete aos cortes em CT&I e o momento que vive o país. É fundamental deixar claro que os cortes em CT&I têm relação direta com a tentativa de destruição do programa nuclear, do programa espacial, da indústria naval, com a destruição e privatização da Petrobrás, da mudança na política de exploração do pré-sal, entre outros. Relacionam-se também com as contra reformas do Ensino Médio, Trabalhista e da Previdência, com o PL da Terceirização, com a EC do Teto dos Gastos Públicos, etc. Resumindo, lutar pela CT&I no Brasil hoje é sair as ruas junto aos movimentos sociais, sindicatos e aos trabalhadores contra o Governo Ilegítimo e sua política neoliberal.

Termino esse texto com o início do documento “Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015” [10], publicado em 2012 e escrito pelo então Ministro do MCTI, Aloizio Mercadante: “o principal desafio que o Brasil terá de enfrentar se quiser se transformar em um País efetivamente desenvolvido, com uma economia eficiente e competitiva: preparar-se para a “sociedade do conhecimento”. Essa é a diretriz estratégica para as próximas décadas, que no nosso caso, implica combinar educação universal de qualidade, pesquisa científica, inovação e inclusão social.”

“ É fundamental deixar claro que os cortes em CT&I têm relação direta com a tentativa de destruição do programa nuclear, do programa espacial, da indústria naval, com a destruição e privatização da Petrobrás, da mudança na política de exploração do pré-sal, entre outros

Governo Federal com CT&I, enquanto o MCTI foi responsável por 28,8%. Portanto, para se ter um panorama mais completo da queda de recursos públicos em CT&I, torna-se necessária uma análise mais criteriosa e com dados ainda não disponibilizados pelo MCTIC. Entretanto, com os cortes anunciados e executados pelo Governo Federal ao orçamento do MEC, CNPq, FINEP, etc., os impactos sentidos pela comunidade científica têm sido devastadores.

Neste texto, não pretendo avaliar os impactos dos cortes em CT&I para o país, para o meu grupo de pesquisa ou para as minhas atividades como pesquisador, acredito que neste aspecto os números falam por si mesmos e por isso os coloquei nos parágrafos anteriores. Prefiro apresentar uma reflexão sobre CT&I e o momento que estamos vivendo no país, motivado pelo relativo destaque que este assunto tem recebido da Grande Mídia golpista e pelo posicionamento de alguns membros da comunidade científica/acadêmica.

Ao final de 2016, foi publicado no Estadão um artigo de uma pesquisadora

sobre a crise na ciência brasileira [8].

Me desculpo antecipadamente, sei que a experiência será difícil, mas vou indicar em especial a leitura do artigo da pesquisadora do IPEA [5] e que assistam a reportagem do Fantástico [8]. Apesar de conteúdos diferentes os dois têm em comum a superficialidade e uma linha de pensamento conservadora.

No artigo [5], a pesquisadora faz a seguinte afirmação resumindo suas conclusões: “um sistema público de financiamento pouco orientado para resultados e um arcabouço institucional engessado e com escassos incentivos, são os fatores fundamentais, a meu ver, para explicar o pouco impacto econômico e social da ciência brasileira”. Sob o aspecto tratado no texto como impacto econômico e social da ciência e tecnologia, o problema fundamental é o

[1] <http://www.jornaldaciencia.org.br/sbpc-e-outras-12-instituicoes-enviam-manifesto-contr-a-fusao-do-mcti/>

[2] <http://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/cnpq-e-organizacoes-sociais-comecam-2017-com-orcamento-sem-lastro/>

[3] <http://www.mcti.gov.br/documents/10179/1712401/Estrat%C3%A9gia+Nacional+de+Ci%C3%A9ncia%2C%20Tecnologia+e+Inova%C3%A7%C3%A3o+2016-2019/0cfb61e1-1b84-4323-b136-8c3a5f2a4bb7>

[4] <http://www.sintpq.org.br/index.php/blog/item/5127-apos-corte-de-44-mcti-tera-menor-orcamento-em-12-anos>

[5] <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,ciencia-e-tecnologia-no-brasil-desafios-inadiaveis,10000086083>

[6] <http://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/cortes-ameacam-sobrevivencia-dos-institutos-federais-de-ciencia-e-tecnologia/>

[7] <http://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/orcamento-de-ciencia-e-tecnologia-pode-encolher-ainda-mais-em-2018/>

[8] <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/07/crise-e-cortes-de-orcamento-fazem-ciencia-brasileira-entrar-em-decadencia.html>

[9] [http://www.mcti.gov.br/noticia/-/asset\\_publisher/epbV0pr6eIS0/content/aumenta-o-investimento-em-c-t-i-no-brasil](http://www.mcti.gov.br/noticia/-/asset_publisher/epbV0pr6eIS0/content/aumenta-o-investimento-em-c-t-i-no-brasil)

[10] [http://www.mcti.gov.br/upd\\_blob/0218/218981.pdf](http://www.mcti.gov.br/upd_blob/0218/218981.pdf)

[11] <http://www.oecd.org/>